

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O IMPACTO ECONÔMICO DA ORGANIZAÇÃO DOS
JOGOS PAN RIO 2007**

JERÔNIMO DE MORAES MACHADO

ORIENTADOR: PROF. DR. HERMÓGENES SAVIANI FILHO

Porto Alegre, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O IMPACTO ECONÔMICO DA ORGANIZAÇÃO DOS
JOGOS PAN RIO 2007**

JERÔNIMO DE MORAES MACHADO
161100

ORIENTADOR: PROF. DR. HERMÓGENES
SAVIANI FILHO

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Porto Alegre, 2013

Dedico este trabalho ao Cel. Rui Garavello Machado, meu avô, que tanto contribuiu para a formação do seu neto mais velho. Muitas vezes mais preocupado com o bem alheio do que com o próprio, não fez diferente com este trabalho: não houve encontro que tivemos desde o início do semestre em que ele tenha esquecido de me questionar sobre o seu andamento. Poucos dias antes da data de entrega, o Coronel descansou; mas, com a preocupação que teve até os seus últimos dias com a moralização de nosso país, certamente contribuiu com esta produção acadêmica.

“Ir y venir, seguir y mirar, dar y tener, entrar y salir de fase... amar la trama más que el desenlace...”

Jorge Drexler

RESUMO

Os Jogos Panamericanos do Rio, em 2007, foi a segunda edição do evento sediada pelo Brasil. Eleito como sede em agosto 2000, desde a assinatura do Termo de Responsabilidades e Obrigações que firmou junto à ODEPA, o projeto brasileiro sofreu diversas alterações em seu escopo e, conseqüentemente, em seu custo e financiamento.

Atualmente, com o país tendo sido eleito para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, está na pauta de discussão da sociedade brasileira qual foi o legado que os Jogos Panamericanos de 2007 deixaram e se há real benefício para a população de um país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, em sediar megaeventos esportivos.

Palavras-chave: Jogos Panamericanos Rio 2007, Megaeventos Esportivos, Legado.

ABSTRACT

The 2007 Pan American Games, in Rio, was the second edition of the event hosted in Brasil. Elected as host country in August, 2000, since the signing of the responsibilities and obligations term with ODEPA, the Brazilian project has undergone several changes in scope and, consequently, its costs and financing.

Nowadays, as the country had been elected to host the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Olympic Games, it is in the agenda of Brazilian society which was the legacy that the 2007 Pan American Games left and if there is a real benefit to the population of a country under development, like Brasil, in hosting mega sports events.

Keywords: 2007 Rio Pan American Games, Mega Sports Events, Legacy.

RESUMEN

Los Juegos Panamericanos de Río en 2007, fueron la segunda edición del evento organizado por Brasil. Elegido en agosto de 2000, desde la firma del Termo de Responsabilidades y Obligaciones con la ODEPA, el proyecto brasileño ha sido objeto de varios cambios en el ámbito de aplicación y, en consecuencia, su coste y su financiación.

En la actualidad, cómo el país ha sido elegido para organizar la Copa Mundial de la FIFA 2014 y los Juegos Olímpicos en 2016, se encuentra en la agenda de la sociedad brasileña cuál fue el legado que los Juegos Panamericanos de 2007 ha dejado y si hay algún beneficio real a la población de un país en desarrollo, como es el caso de Brasil, en realizar grandes eventos deportivos.

Palabras clave: Juegos Pan Americanos Rio 2007, Grandes Eventos Deportivos, Legado.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Breve Histórico dos Jogos Pan Americanos e Motivação e Objetivos da Candidatura Brasileira.....	2
1.1. Breve Histórico dos Jogos Pan Americanos	2
1.2. Motivação e objetivos da candidatura brasileira para os XV Jogos Pan Americanos	4
2. Análise econômica: evolução orçamentária e financiamento.....	15
2.1. Evolução Orçamentária.....	15
2.2 Financiamento	21
3. Análise do legado	26
3.1. Estádio Olímpico João Havelange – Engenhão	26
3.2. Complexo Esportivo Cidade dos Esportes – Parque Aquático Maria Lenk	29
3.3 Complexo Esportivo Cidade dos Esportes – Velódromo	31
3.4. Complexo Esportivo Cidade dos Esportes – Arena Olímpica do Rio	33
3.5. Praia de Copacabana	35
3.6. Complexo Esportivo Deodoro	36
3.7 Complexo Maracanã	39
3.8 Segurança.....	41
Considerações Finais	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

INTRODUÇÃO

A partir do ano 2000, quando sediou o Campeonato Mundial Interclubes da FIFA, o Brasil entrou no cenário internacional da organização de megaeventos esportivos. Em 2002, após a desistência da Colômbia em sediar os Jogos Sul Americanos – ODESUR, o Brasil organizou os (às pressas, dada a impossibilidade de planejamento prévio) o primeiro de uma série de eventos multi esportivos que viria a realizar nos anos 2000.

O presente trabalho justifica-se pelo fato de o Brasil, além de já ter sido sede dos dois eventos já citados e de ter realizado os Jogos Mundiais Militares de 2011, ser o próximo país a organizar a Copa do Mundo FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

Na parte inicial do primeiro capítulo, o trabalho relata brevemente o histórico dos Jogos Panamericanos desde a sua primeira edição. Na sequência, são analisadas as justificativas para o Brasil ter se candidatado para organizar a sua XV edição. Como principais argumentos, estão a melhora da imagem do país internacionalmente e as oportunidades de desenvolvimento que eventos desse porte proporcionam.

No segundo capítulo, é feita uma análise da evolução orçamentária do evento e das suas formas de financiamento. Inicialmente, ainda à época da candidatura (governo Fernando Henrique Cardoso), o evento previsto tinha uma magnitude muito inferior se comparado ao que foi efetivamente realizado. Em relação às formas de custeio e financiamento, o previsto no projeto também foi totalmente alterado: aumentaram os gastos das três esferas de governo (principalmente da Prefeitura e da União) e o investimento privado foi reduzido.

Finalmente, o terceiro capítulo discute o legado deixado pela organização dos Jogos Pan de 2007. Diferentemente do que apontam alguns relatórios governamentais, diversas estruturas construídas para os Jogos foram ou ainda estão sendo sub utilizadas, ou necessitarão de reformas para servirem à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. Além das estruturas físicas, o legado para a área de segurança (setor que mais recebeu investimentos para os Jogos) é discutido.

1. BREVE HISTÓRICO DOS JOGOS PAN AMERICANOS E MOTIVAÇÃO E OBJETIVOS DA CANDIDATURA BRASILEIRA

1.1. BREVE HISTÓRICO DOS JOGOS PAN AMERICANOS

Em 1924, após as Olimpíadas de Paris, França, membros dos Comitês Olímpicos do México, Guatemala e Cuba reuniram-se e propuseram a criação de um evento regional similar aos Jogos Olímpicos. Dois anos depois, em 1926, foram disputados os primeiros Jogos Centro Americanos e do Caribe, na Cidade do México.

Em 1932, após os primeiros Jogos Olímpicos sediados pela cidade de Los Angeles, EUA (Los Angeles voltou a sediar as Olimpíadas de 1984), alguns membros latino-americanos pertencentes ao Comitê Olímpico Internacional(COI) reuniram-se e iniciaram as conversas para realizar um evento esportivo similar aos Jogos Centro Americanos e do Caribe, mas com maior abrangência. Oito anos mais tarde (1940), foi realizado o I Congresso Esportivo Pan Americano. Neste encontro decidiu-se por realizar os Primeiros Jogos Pan Americanos na Cidade de Buenos Aires (Argentina), em 1942. Entretanto, com a entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na II Guerra Mundial e o conseqüente ataque japonês a Pearl Harbor (Havaí), o evento foi cancelado. Já com a II Guerra Mundial finalizada, realizou-se o II Congresso Esportivo Pan Americano, que confirmou Buenos Aires como a sede dos I Jogos Pan Americanos para o ano de 1951.

Atualmente, os Jogos Pan Americanos são um evento similar aos Jogos Olímpicos. Nele são disputadas todas as modalidades olímpicas mais algumas outras definidas pela Organização Desportiva Pan Americana (ODEPA). O evento ocorre de quatro em quatro anos e, tradicionalmente, as três Américas fazem um revezamento entre si das cidades sede. No Brasil, a primeira edição ocorreu em São Paulo, 1963, com a participação de 1665 atletas de 22 países; e a segunda no Rio de Janeiro, 2007, com a participação de 5662 atletas de 42 países.



1.2.MOTIVAÇÃO E OBJETIVOS DA CANDIDATURA BRASILEIRA PARA OS XV JOGOS PAN AMERICANOS

O interesse do Brasil em organizar grandes eventos esportivos não é recente. Antes de se candidatar como sede para os Jogos Pan Americanos de 2007 e para as olimpíadas de 2004 e 2012, o Brasil já havia sido derrotado no pleito para realizar as Olimpíadas de 1936, que ocorreram em Berlim (Alemanha), e de 1960, sediadas por Roma (Itália). Além dessas duas candidaturas a sede dos Jogos Olímpicos, o Brasil sediou alguns outros eventos esportivos de grande porte, a saber: a primeira Copa do Mundo de Futebol após a II Guerra Mundial (1950); os Jogos Pan Americanos em São Paulo e a Universíade (Jogos Olímpicos Universitários) em Porto Alegre, ambos em 1963; e outros Campeonatos Mundiais de modalidades isoladas como vôlei, basquete, judô, etc.

O Rio de Janeiro, como principal cidade turística do país, tem se destacado na área de eventos esportivos ao ar livre, tais como os Campeonatos Mundiais de Vôlei de Praia e Beach Soccer. Além do Rio, outras localidades também têm se destacado, como a Costa do Sauípe, na Bahia. De acordo com a Sauípe S.A., após aproximadamente um ano de existência, divulgou dados que afirmam que o resort já recebeu mais de 480 mil hóspedes, com meio milhão de pernites - taxa média anual de ocupação de 51 % -, atingindo um faturamento, em 2001, de R\$ 115 milhões, através de um investimento de R\$ 340 milhões. Para o diretor Presidente da Sauípe S.A. (Thomas Humpert), “parte desse bom resultado deve-se aos eventos esportivos realizados durante o ano - a exemplo do Brasil Open de Tênis, que geraram uma visibilidade e ocupação não previstas nas projeções” (Thomas Humpert, www.anuarioarquitetura.com.br, 2003).

De acordo com Pitts&Stotlar (2002), a “indústria do esporte” une partes específicas da cadeia produtiva para atender ao “mercado no qual os produtos oferecidos aos compradores relacionam-se a esporte, fitness, recreação/lazer e podem incluir atividades, bens, serviços, pessoas, lugares ou idéias”. Já Kasznar, I.K. & Graça, A. (2002) afirmam que o “PIB do esporte” cresceu 12,34% entre 1996 e 2000 – taxa superior à do crescimento do PIB do país como um todo, calculado em 2,25% no mesmo período. No trecho que segue, os autores supracitados projetam o cenário brasileiro para a segunda década do novo milênio:

Os grandes eventos internacionais a serem realizados no Brasil, por sua vez, na segunda década do terceiro milênio, não possuem a presunção de mudarem a face do país ou gerarem uma retomada inexorável e firme do PIB. Com uma participação de 1,75% no PIB e que aponta para 2,0% até o fim da década, seu papel é o de ser um importante setor sadio e a mais, na geração de um reforço participativo em prol do crescimento e da revigoração do PIB. Contudo, o setor esportivo prescinde do papel de papel de ser uma “locomotiva”, como se diria na terminologia estruturalista e nas concepções de Prebisch – Singer – Furtado – Conceição e Lessa.

A candidatura brasileira para os Jogos Olímpicos de 2004 (que ocorreram em Atenas, Grécia) sequer passou da primeira fase de avaliação do Comitê Olímpico Internacional (COI), que considerou inviável o projeto e afirmou que a cidade não oferecia as garantias suficientes. Após esta derrota, em assembléia realizada em 1999, os membros do COB decidiram por não lançar candidatura brasileira para os Jogos Olímpicos de 2008. Tal decisão é comentada pelo Ex-Secretário Geral do CO-Rio (Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro), Carlo Roberto Osório, como segue abaixo:

Chegamos à conclusão de que concorrer novamente à Olimpíada seria desgastante. Estávamos mirando lá no alto sem termos passado por um processo de preparação e de inserção na América do Sul. As chances eram remotas.

Sendo assim, em fevereiro de 2000, Carlo Artur Nuzman (presidente do COB), juntamente com Luiz Paulo Conde (prefeito do Rio de Janeiro à época), anunciaram a criação de um plano estratégico para a candidatura do Rio aos Jogos Pan Americanos de 2007 e aos Jogos Olímpicos de 2012.

Em 2001, fundamentado em um estudo de viabilidade contratado junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV) pela prefeitura do Rio através de convênio com o Ministério do Esporte e Turismo (atualmente separado em Ministério do Esporte e Ministério do Turismo), o COB apresentou a candidatura brasileira para os XV Jogos Pan Americanos na XXXIX Assembléia Geral da ODEPA, em Santo Domingo (República Dominicana) – onde foi realizada a edição dos XIV Jogos Pan Americanos, em 2003 – , oferecendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

Como principal concorrente do Rio de Janeiro, estava no pleito San Antonio, EUA. Além das cartas de garantia do Governo Federal, do estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura da cidade (obrigatórias para a que a candidatura fosse homologada), o dossiê

brasileiro era baseado em três pilares para justificar a intenção e a viabilidade do Brasil em organizar a edição de 2007 dos Jogos Pan Americanos junto à ODEPA, a saber: o sucesso na organização dos Jogos Sul Americanos de 2002 (ODESUR) – realizado às pressas pelo Rio de Janeiro mais três cidades brasileiras (São Paulo, Curitiba e Belém) devido à desistência da Colômbia; a intenção em realizar, pela primeira vez na história, os Jogos Pan e Parapan juntos; e a possibilidade de todas as modalidades serem disputadas na mesma cidade, sem a necessidade de sub sedes – o que corriqueiramente ocorre inclusive nos Jogos Olímpicos devido a fatores físicos, estruturais e espaciais das cidades sede.

Após a análise do estudo realizado pela FGV, o COB e o então prefeito da capital carioca César Maia decidiram concentrar as competições e instalações para a hospedagem dos atletas na Barra da Tijuca. Diferentemente do que estava no projeto reprovado pelo COI para as Olimpíadas de 2004, que previa a *Ilha do Fundão* como principal centro dos Jogos Olímpicos. A decisão de realizar os Jogos na Barra da Tijuca foi fundamentada nos seguintes pilares: facilidades para o sistema de segurança (só há uma entrada e uma saída de acesso), a concentração de equipamentos já instalados que seriam utilizados nos Jogos e terrenos livres para a construção das instalações. De acordo com o que comenta o Presidente do Instituto de Planejamento Pereira Passos¹, Sérgio Besserman Vianna, “a escolha dos locais de realização dos Jogos seguiu a estratégia de valorizar espaços e terrenos ociosos em regiões da cidade dotadas de infraestrutura”. Além desses três pilares, na Região da Barra da Tijuca está localizado o Complexo Riocentro, a Cidade do Rock, o Autódromo Nelson Piquet e o Morro do Outeiro, onde poderiam ser disputadas 50% das competições. Outro fator que foi levado em conta foi o do grande potencial imobiliário do bairro, o que ajudaria no financiamento da Vila Olímpica (que é transformada, costumeiramente, em habitações comuns após abrigar os atletas, treinadores e demais participantes dos Jogos).

Já tendo se servido do estudo realizado pela FGV sobre a viabilidade econômica de realizar os Jogos Pan Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2012, o COB novamente recorreu à instituição para que lhe auxiliasse na elaboração do projeto que deveria apresentar à ODEPA após ter homologado a sua candidatura. Diferentemente do COI, que apresenta um Caderno de Encargos com os itens que

¹ Autarquia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que auxilia no fomento à reflexão e produção de conhecimento sobre a cidade; na produção e difusão de informações estatísticas, cartográficas, e georreferenciadas do município; e no desenvolvimento e coordenação de programas estratégicos para a Prefeitura. (FONTE: <http://ipprio.rio.rj.gov.br/o-instituto-2/>)

deveriam compor o projeto, a ODEPA encaminhou ao Brasil um *check-list* com 17 temas que deveriam ser desenvolvidos (ver tabela 1).

Ao contrário do que ocorria com San Antonio, que tinha a estrutura praticamente pronta para realizar os Jogos já à época da candidatura, a cidade candidata brasileira necessitava de inúmeras obras não só para abrigar os atletas e realizar as competições, como também de infraestrutura, como: transporte rodoviário, saneamento, reformas nos aeroportos, além de ter que organizar uma grande rede de segurança para garantir a tranquilidade dos participantes do evento e dos turistas que viriam assisti-lo. A partir desta situação de desvantagem frente à concorrente americana, o CO-Rio adotou um discurso no sentido de valorizar os benefícios que a Cidade teria durante os Jogos e o legado que o evento deixaria, como pode ser observado no discurso de Ruy Cezar, secretário municipal do Rio 2007:

Procuramos mostrar que nosso esforço era o de acelerar o legado esportivo e de desenvolvimento da cidade, da geração de renda e emprego, da inclusão da juventude no mercado de trabalho e da revitalização urbana de pontos da cidade.

Outro ponto que contava a favor da candidatura brasileira era o fato de os últimos Jogos organizados na América do Sul ter sido em 1995, em Mar Del Plata, Argentina, doze anos antes da proposta brasileira.

Ainda, faz-se necessário analisar os produtos esportivos e a abertura de postos de trabalho diretos e indiretos oportunizados pela realização de eventos com grande impacto econômico. Alguns exemplos são a corrida de Fórmula 1, em São Paulo, que envolve investimentos de R\$ 60 milhões, 150 empresas, 8 mil empregos diretos, mobilizando um público de 62 mil pessoas e aproximadamente 600 milhões de telespectadores em todo o mundo (www.esporte.org.br, 2003) e a empresa Latin Sports, organizadora do Ironman Brasil Telecom, que afirma que a realização do evento, em 2003, produziu um impacto econômico de R\$ 6 milhões em Florianópolis e que, para 2004, este número tendia a crescer para R\$ 10 milhões, mobilizando aproximadamente 790 atletas de 35 países e 200 pessoas na organização.

Em relação ao fator financeiro de benefício para os outros países, a candidatura do Rio também era bastante atraente: pela primeira vez na história dos Jogos, o país cederia todas as passagens de ida e volta para os atletas, juízes e inspetores das provas, além de mais duas passagens aéreas de ida e volta por país para trazerem jornalistas de

sua escolha. No que tange à transmissão do evento, diferentemente do que ocorria até então, quando os direitos eram adquiridos pela cidade sede junto à ODEPA e revendidos aos que desejassem transmitir as competições, o CO-Rio anunciou que cederia gratuitamente os direitos de transmissão para todos os países.

No que tange às justificativas argumentadas para o povo brasileiro pelo COB e pelas três esferas de governo envolvidas na realização e financiamento dos Jogos, diversos órgãos e Ministérios foram mobilizados. Do documento publicado pelo Ministério do Esporte “O Sucesso dos Jogos Rio 2007 e as oportunidades geradas por megaeventos esportivos”, em 25 de abril de 2008, pode-se observar a preocupação do Governo Brasileiro em demonstrar e justificar à população os investimentos e ações executados. Abaixo, seguem trechos do referido documento:

- Missão do Governo Federal na realização dos Jogos:

Coordenar, mobilizar e dar transparência a atuação do Governo Federal no desenvolvimento e implementação das ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro para a realização dos Jogos Pan e Parapanamericanos Rio 2007.

Promoção da imagem do Brasil no país e no exterior, sua capacidade tecnológica e diversidade cultural, especialmente nas cerimônias associadas aos Jogos.



Praça das Medalhas - Copacabana



Cerimônia de Abertura



Revezamento da Tocha – passagem por 51 cidades e divulgação de destinos turísticos do Brasil

- Campanha em conjunto do Ministério da Saúde, Ministério do Esporte e Secretaria Municipal e Estadual de Saúde de combate à dengue:

Material de Campanha Peças para Parcelar Dicas de Prevenção Nome

OS JOGOS PANAMERICANOS DO RIO...

serão uma grande celebração do esporte e da vida saudável. Uma ocasião em que toda a sociedade poderá mostrar que está pronta para vencer desafios. Um deles é o **COMBATE À DENGUE**, que encontra no País, e principalmente no Rio, condições ambientais favoráveis à sua proliferação. Para minimizar isso, é necessário que a população esteja sempre pronta a entrar em campo e **evitar a água parada**. A campanha desenvolvida pelo Ministério da Saúde visa fazer com que cada brasileiro vista esta camisa. A participação de cada cidadão é importante para fazermos do Brasil um país campeão contra a dengue. Essa vitória é importante para o Pan, mas é importante principalmente para cada um dos que vivem aqui.

*Coloque o lixo em sacos plásticos e mantenha a lixeira bem fechada. **Veja mais dicas**

*Encha de areia, até a borda, os pratinhos dos vasos de planta. **Veja mais dicas**

GANHA O RIO. GANHA VOCÊ. GANHA O BRASIL.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MANUTENÇÃO À VOCE

Secretaria Estadual e Municipal de Saúde

Ministério do Esporte

Ministério da Saúde

GOVERNO FEDERAL

- Campanha do Ministério da Saúde de prevenção à AIDS e outras DST'S:

Mulheres contra as DST e Aids

VISTA-SE NOS JOGOS
USE SEMPRE CAMISINHA
ALWAYS USE A CONDOM
USE SIEMPRE CONDON

- Ações da Receita Federal:

Facilitação à entrada de equipamentos esportivos e para as cerimônias e cobertura jornalística;

Publicação de IN/SRF nº 727, de 1º de março de 2007, que dispõe da suspensão total do pagamento de tributos referente aos equipamentos importados pelo CO-RIO relativos aos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007;

Parceria com o MF / Receita Federal para desembaraço de entrada de equipamentos e produtos importados, entre eles: equipamentos do HB e Cerimônias e material esportivo.

- Ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Descarrapatização de Deodoro;

Entrada e saída saudável dos cavalos (que participam dos Jogos nas provas de hipismo) no Brasil, garantindo sua inspeção e quarentena.

- Ações do Ministério das Comunicações, Ministério da Justiça e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República:

Implantação de Sistema de Informação;

Fornecimento de Equipamentos para suprir todas as demandas dos Jogos;

Disponibilização de softwares para dar suporte e permitir a operação dos sistemas de informação e o uso de equipamentos de forma segura e eficaz.

- Ações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:

Os Correios foram responsáveis pelo recebimento, armazenamento, manuseio, postagem, distribuição, entrega e recolhimento de encomendas contendo materiais esportivos, equipamentos e mobiliário em 57 áreas dos Jogos Pan Americanos. O Governo Federal auxiliou a instituição na logística, disponibilizando 33 caminhões que transportaram aproximadamente 1.056 toneladas de carga para 31 instalações, mobilizando mais de 650 profissionais na operação.

- Ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública:

Investimentos na capacitação profissional de agentes e aquisição de tecnologia, veículos e aeronaves.

- Ações do Ministério da Defesa:

Investimento para adequar os aeroportos do Rio de Janeiro às demandas do evento esportivo.

- Ações do Ministério da Justiça:

Sistema de credenciamento integrado ao banco de dados para que fossem checados os antecedentes dos cadastrados antes da efetivação do processo;

Capacitação de Guias Cívicos: projeto que busca a ressocialização dos jovens que estão à margem da sociedade, buscando facilitar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, qualificando esta mão de obra, tornando-a apta para desenvolver uma atividade laboral.

Na área de turismo, inúmeras ações foram realizadas Pelo Ministério do Turismo em parceria com outros órgãos. Algumas das campanhas relatadas no documento analisado seguem abaixo:

- Parceria do Ministério Turismo com Entra 21, BID/FOMIN, USAID, COUNTERPART e IH:

Trilha Jovem: programa de educação profissional (cidadania, competência básica para o trabalho e empreendedorismo);

Inserção social e profissional de 360 jovens de 16 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social.

- Parceria do Ministério Turismo com SENAI:

Programa de Alimento Seguro no Turismo: qualificação em Boas Práticas em manipulação e produção dos alimentos para garantir uma oferta com qualidade higiênico-sanitária.

Formação de 500 ambulantes no entorno das arenas da Praia de Copacabana.

- Parceria do Ministério Turismo com COB:

Divulgação e promoção pela EMBRATUR do Pan Americano nas feiras e eventos internacionais;

Atividade permanente da EMBRATUR de atuar no exterior na preservação e defesa da imagem do Brasil e em particular do destino Rio de Janeiro.

- Parceria do Ministério Turismo com Prefeitura do Rio de Janeiro:

Programa de Requalificação do Destino Rio de Janeiro - qualificação de profissionais em hospitalidade e em ocupações básicas.

- Parceria do Ministério Turismo com Anatel:

Central de atendimento multilíngüe;

Projeto Piloto: Verão Rio 2007 (cidade do Rio de Janeiro) – durante a realização dos Jogos Pan 2007;

Mesa de operação (presencial ou remota) com posições de atendimento das cinco operadoras que prestam serviço de telefonia móvel no Rio de Janeiro (Claro, Vivo, TIM e Oi);

Credenciamento de taxistas para uso do serviço.

- Parceria do Ministério Turismo com COB, Abrasel e FC&VB:

Apoio à comercialização de produtos artesanais associados ao turismo no Rio Centro;

Promoção e valorização da gastronomia brasileira (restaurante dos jornalistas e mostra na Vila Olímpica);

Apoio a material de promoção e divulgação.

- Parceria do Ministério Turismo com COB, *Rio Convention Bureau* e TV

Globo:

Praça das Medalhas;

Promoção dos destinos turísticos brasileiros;

Apresentações culturais;

Entrevistas com atletas medalhistas;

Transmissão das competições;

Campanha de Publicidade nos Aeroportos;

Turismo Sustentável e Infância.

- Fomento e qualificação do turismo:

Exposição do país na mídia internacional (valorização da cultura e hospitalidade brasileira);

Recepção de uma elite de formadores de opinião (consumidores de produtos turísticos);

Mobilização de investimentos públicos e privados (formação de parcerias estratégicas);

Intercâmbio de tecnologias (logística, informações, gestão e organização);

Geração de emprego e renda;
Geração de novos negócios (captação de eventos e de turistas);
Experiência e aprendizagem (gerenciamento de projetos especiais);
Mobilização da população em torno de uma causa (responsabilidade sócio-ambiental).

Relacionando o esporte, o turismo e, mais especificamente, o marketing esportivo, BITTENCOURT, V., 2006, afirma:

De certo, a classe esportiva deve assumir a posição de novata na área de conhecimento do marketing esportivo. Mas, mesmo assim, há questões a investigar para que se possa dar passos significativos e nortear o esporte nacional: os poucos recursos de incentivos governamentais disponíveis, como a Lei Agnelo-Piva, e a desacelerada resposta do meio acadêmico na geração de profissionais estariam hoje atendendo a demanda da indústria do esporte, do turismo e do lazer? Por outro lado, estariam as entidades representativas do esporte e do turismo estruturadas para assumir o papel de co-gestores deste processo



Simbolicamente, o megaevento não apenas mostra a cidade para o mundo, mas coloca o mundo em exibição aos cidadãos locais. Ele convida a população da cidade e do país anfitrião a assumir novas identidades como cidadãos do mundo (HORNE & MANZENREITER, 2006, p.13).

Segundo Barbosa (2001), a estimativa do impacto econômico do turismo, quando baseada somente nos gastos, tende a ser imprecisa e enganosa. Somente quando todos os três níveis de impactos (diretos, indiretos e induzidos) são estimados é que se pode dizer que os impactos dos gastos turísticos foram mensurados. Para Cooper (2001), os efeitos diretos das atividades turísticas são os gastos feitos pelos turistas nos estabelecimentos que fornecem os bens e os serviços turísticos. Parte deste valor sairá imediatamente da economia para cobrir os gastos com as importações.

Desta forma, os impactos diretos dos gastos tendem a ser menores que o próprio gasto, a não ser em casos raros, onde a economia local consegue produzir e satisfazer todas as necessidades dos turistas.

Finalmente, em 24 de agosto de 2000, a capital carioca foi eleita a sede dos Jogos Pan Americanos de 2007. A cidade brasileira derrotou a concorrente americana por 30 votos a 21, na XL Assembléia Geral da ODEPA, que ocorreu na Cidade do México.

2. ANÁLISE ECONÔMICA: EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCIAMENTO

2.1. EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ainda governado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 2002, quando eleito para sediar os Jogos de 2007, o Brasil assinou o Acordo de Responsabilidade e Obrigações para a organização dos XV Jogos Pan Americanos junto à ODEPA. Além de não prever nenhuma obra de infra-estrutura, o orçamento apresentado à época por FHC e cancelado por César Maia (prefeito do Rio), era para um evento muito mais simples do que o que foi realizado. Pelas palavras de José Antonio Barros Alves, da equipe da FGV Projetos (que elaborou o dossiê da candidatura carioca), pode-se confirmar a informação: “Nada de infra-estrutura urbana entrou no orçamento; apenas os Jogos foram orçados, porque não se tinha idéia do que iria ser feito”.

O projeto inicial não previa, por exemplo, o revezamento da tocha Pan Americana por todos os estados brasileiros nem sequer a realização dos Jogos Parapanamericanos. Além disso, obras de infra-estrutura como o plantio de árvores em regiões degradadas, a dragagem de algumas partes da Lagoa Rodrigo de Freitas e a construção da estação de tratamento de rio construída no Arroio do Fundo não estavam orçadas. Outra pasta que teve o seu orçamento bastante aumentado foi a da segurança: inicialmente, apenas a segurança dos locais de competição estava prevista; entretanto, após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e a análise da insegurança que o Rio vivia como um todo, decidiu-se por implementar um projeto mais abrangente e que, obviamente, aumentou os custos. De acordo com MURAD (2012), “É bom não esquecer: quando as pessoas se encontram em meio à multidão, a sensação de anonimato, de se sentir “escondido na massa”, pode ser um facilitador de delitos e de práticas de desrespeito à ordem pública, às leis e aos outros. Esse é um fenômeno já

comprovado”. Segundo Ricardo Leyser, secretário-executivo do Comitê de Gestão do Governo Federal para os Jogos Rio 2007 (SEPAN):“O ideal é separar – e anunciar – claramente o que é evento esportivo e o que é infra-estrutura urbana”.

Para tanto, o secretário defende que a sociedade seja informada da existência de dois orçamentos: o da organização do evento propriamente dito e o dos governos em serviços públicos.

Afora os gastos que não estavam incluídos no projeto inicial, apenas para construir e reformar as instalações esportivas o valor mostrava-se subestimado, mesmo que um evento do mesmo porte das edições anteriores fosse realizado – o que não era a idéia dos organizadores. As palavras de César Maia explicitam claramente os objetivos do Brasil após a vitória para a organização dos Jogos: “A sofisticação foi posterior à derrota do Rio em 2004. Se quisermos a candidatura olímpica, só temos um caminho, que é o equipamento de padrão olímpico”.

Após a derrota em sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e a conseqüente candidatura e vitória para os Jogos Pan de 2007, ficou claro que a intenção do Brasil era utilizar o Pan como “trampolim” para candidatar-se novamente às Olimpíadas. O secretário da Prefeitura do Rio para o Pan 2007, Ruy Cezar Miranda Reis, explicita este objetivo:

No caso do Rio-2007, a sugestão do Comitê Olímpico Brasileiro de fazer um “Pan olímpico” foi imediatamente encampada pela Prefeitura, que tinha trabalhado na postulação do Rio a sede das Olimpíadas de 2012 e aproveitou para apresentar um padrão de instalações e serviços superior ao que estava projetado para o Pan e o Parapan, já considerando que a infraestrutura esportiva para as competições pan-americanas seriam as mesmas que eventualmente viriam a ser utilizadas nas Olimpíadas caso a cidade conquistasse o direito de sediá-las em disputas futuras. Isso significou rever o nível das instalações e dos serviços que precisavam ser providos para os dois eventos, o que modificou substancialmente o orçamento inicial. Havia um projeto dentro de outro projeto.

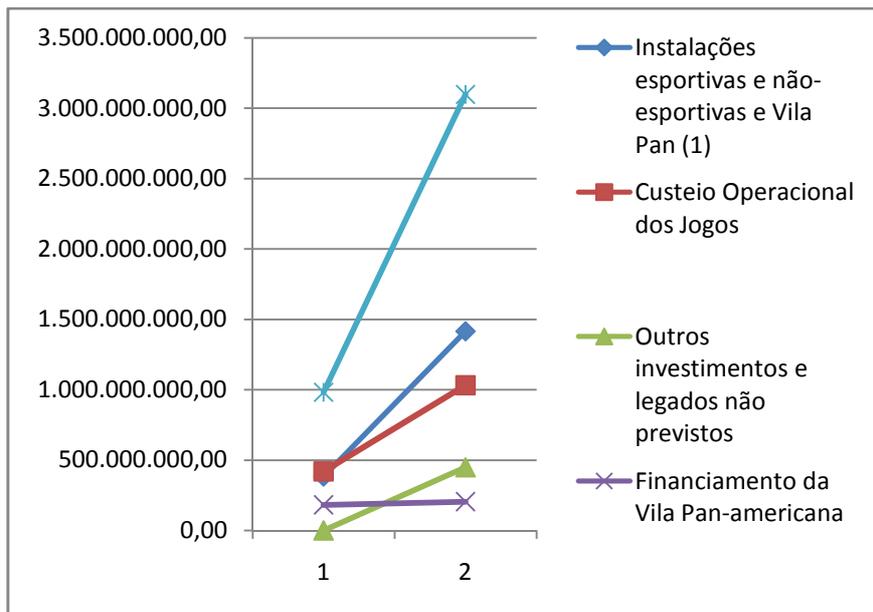
Como já exposto, o orçamento entregue no Dossiê apresentado para a ODEPA em 2002 e o realizado ao fim dos Jogos foi deveras distinto. Quando da apresentação do Dossiê, em agosto de 2002, o gasto total previsto para a realização dos Jogos era de R\$ 562.972.770,00. Já em fevereiro de 2003, os valores foram revisados e a previsão era de serem gastos R\$ 980.702.000,00.

Evolução do Orçamento dos XV Jogos Pan Americanos e III Jogos Parapan Americanos Rio 2007:

Resumo geral, em milhares de R\$	Fevereiro de 2003	Variação	Julho de 2007	Variação Percentual
Instalações esportivas e não-esportivas e Vila Pan ²	381.681.000,00	1.033.138.000,00	1.414.819.000,00	73%
Custeio Operacional dos Jogos	418.204.000,00	611.941.000,00	1.030.145.000,00	59,5%
Outros investimentos e legados não previstos	-	448.418.000,00	448.418.000,00	-
Financiamento da Vila Pan-americana	180.817.000,00	23.483.000,00	204.300.000,00	11,5%
Total	980.702.000,00	2.116.980.000,00	3.097.681.000,00	68,3%

FONTE: RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (2008)

²Permanentes e provisórias; infra-estrutura e operações (no caso da Vila, apenas operações). Não estão incluídos os custos das operações referentes ao Parapan: restaurante, serviços de hotelaria, adaptação de apartamentos da Vila, montagem de estruturas temporárias em locais de competição, pagamento de concessionárias públicas (água, esgoto e energia) nas instalações. Esses custos, da ordem de R\$ 28 milhões, estão alocados no item Parapan.



A partir da análise da tabela e o gráfico acima expostos, dois pontos devem ser destacados:

- Todos os itens tiveram elevação significativa, exceto o “Financiamento da Vila Pan-americana” (que não estava previsto na revisão orçamentária de 2003);
- Apesar de já estarem previstos desde a apresentação do Dossiê inicial à ODEPA, em agosto de 2002, o item “Instalações esportivas e não esportivas e Vila Pan” foi o que maior elevação proporcional teve, aumentando em torno de 70% em relação à revisão orçamentária de fevereiro de 2003.

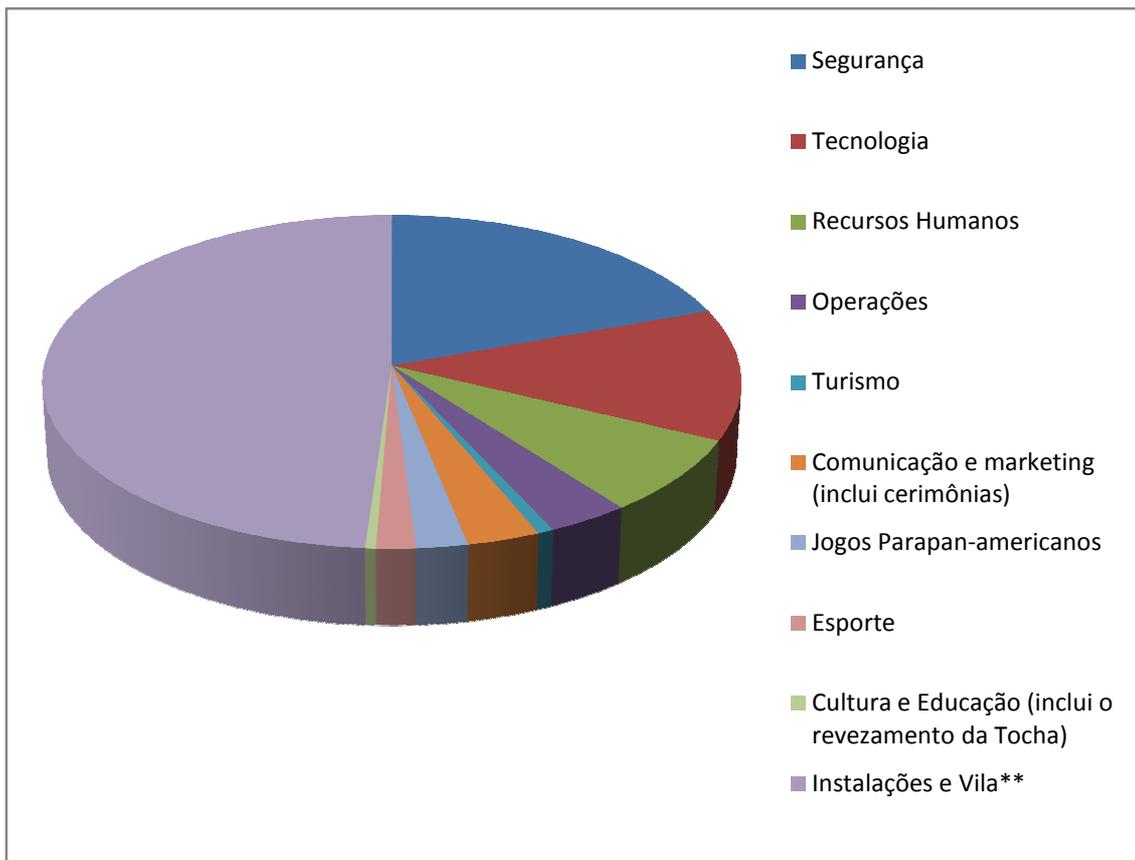
Em relação ao financiamento da Vila Pan-ameircana, R\$ 189.000.000,00 (equivalentes a 52,5% dos recursos aplicados) voltaram aos cofres públicos através daquitação dos financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal aos compradores dos imóveis. Os outros R\$ 15.000.000,00 investidos pela Agenco, construtora dona do terreno e parceira do empreendimento, voltaram para a empresa como lucro. Sendo assim, o custo da VilaPan-americana foi reduzido em R\$ 204.000.000,00 (o custo total computado, sem as deduções elencadas, foi de 36.000.000,00).

Custo Total dos Jogos*(Valores em R\$)

CUSTO TOTAL	TOTAL
Segurança	563.181.000,00
Tecnologia	368.132.000,00
Recursos Humanos	213.914.000,00
Operações	100.421.000,00
Turismo	19.898.000,00
Comunicação e marketing (inclui cerimônias)	88.967.000,00
Jogos Parapan-americanos	62.921.000,00
Esporte	48.223.000,00
Cultura e Educação (inclui o revezamento da Tocha)	12.906.000,00
Instalações e Vila**	1.414.819.000,00
TOTAL DO EVENTO	2.893.381.000,00
Financiamento da Caixa Econômica Federal para a Vila Pan	189.300.000,00
Construtora da Vila Pan-americana	15.000.000,00
TOTAL GERAL	3.097.681.000,00

*Valores incluem os custos de todos os financiadores

** Construções e operações das instalações esportivas e operações da Vila



Sobre os dados expostos acima, o documento oficial publicado pelo Ministério do Esporte intitulado “A candidatura do Rio ao Pan – O Brasil no dos grandes eventos esportivos” infere que, tirando os valores gastos com o financiamento da Vila Pan Americana, 54,9% dos recursos destinados aos Jogos retornaram à capital carioca como legado. O referido documento também cita que

as ações de promoção do turismo e os programas de recepção do turista trouxeram resultados que transcendem em muitos milhões de reais os investimentos feitos.

Ainda analisando a tabela de custo total dos jogos, vê-se que os gastos com segurança corresponderam a aproximadamente 18%. De acordo com o documento “Jogos Pan e Parapan-Americanos 2007 – Evolução do Orçamento Globaldo Evento”, publicado pelo Ministério do Esporte em março de 2007, os motivos para a elevação dos gastos nesta área foram o plano de trabalho da candidatura prever apenas a contratação de empresa de segurança privada e a aquisição de equipamentos de comunicação somente para as áreas de competição, por ter-se assumido que os gastos

com segurança geral epública seriam providos pelos entes governamentais sem efeito noorçamento dos Jogos (o que passou a ocorrer); e pornão estar previsto, no projeto inicial, nenhum legado relacionado com este tema.

Na área de tecnologia também houve um aumento bastante expressivo dos gastos previstoem relação aos realizados – passaram de aproximadamente R\$ 142.100.000,00 para R\$ 368.100.000,00 (em torno de 38% a mais do que o previsto). Como justificativas, o CO-Rio aponta que os gastos com segurança foram originalmente baseados nos Jogos Pan Americanos anteriores (Winnipeg, Canadá - 1999); não englobavam a cronometragem e a medição de todos os esportes nem estavam integrados ao sistema de resultados; não estava prevista a instalação de rede física de transmissão de dados; e estava prevista apenas a sonorização das instalações, sem a inclusão de vídeo e dos custos diários com sonorização. Já no projeto de tecnologia que foi realmente executado, houve a medição de resultados através de aparelhos especializados em nível olímpico para todas as competições esportivas; a instalação de 200km de fibra ótica; a capacitação de 2000 profissionais e 1300 voluntários no uso de programas e equipamentos especializados; entre outros.

Conforme aponta Bitencourt (2006),

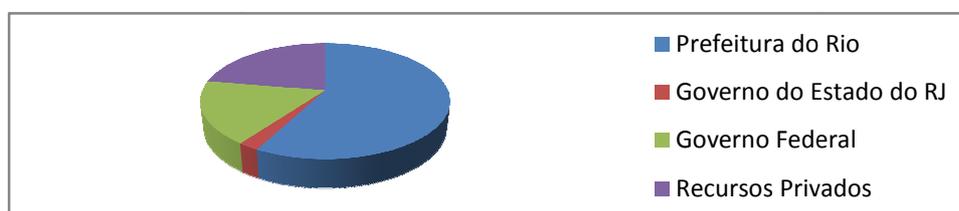
sendo notória a mobilização mundial em torno dos grandes espetáculos esportivos traduzidos pelas Copas do Mundo de Futebol, Jogos Olímpicos etc., não é surpreendente que os mega-eventos esportivos gerem investimentos de grande porte e que deles surjam inúmeras atividades paralelas”. No prosseguimento do texto, a autora reitera que “se para o mercado global estes eventos envolvem altas cifras, as ações regionais de cada país também beneficiam produtores de pequeno e médio porte, ampliando, assim, a cadeia de valor em vários segmentos.

2.2 FINANCIAMENTO

Para organizar os Jogos Pan Americanos do Rio 2007, após a revisão feita em 2003, o Ministério do Esporte apresentou ao Congresso Nacional a proposta de orçamento que segue no quadro abaixo e foi aprovada para o Plano Plurianual 2004-2007.

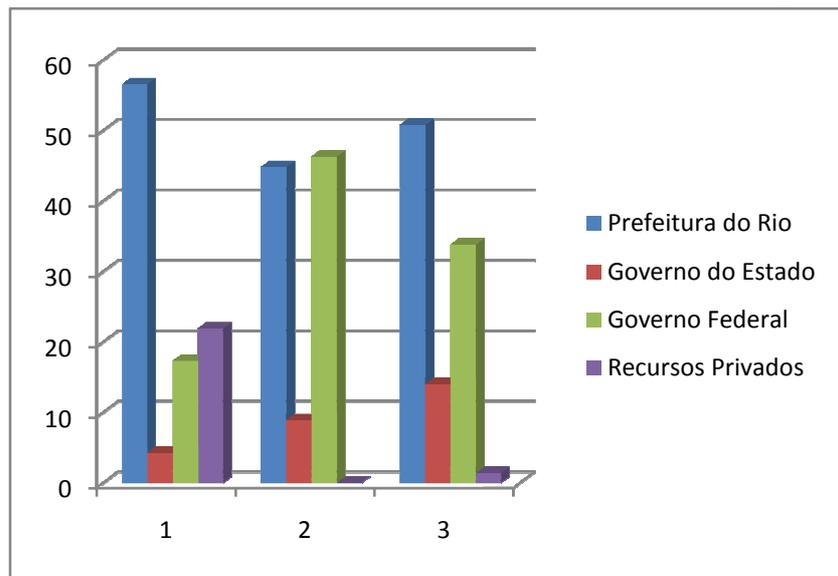
Financiador do Evento	Participação %	R\$
Prefeitura do Rio	56,54	532.984,11
Governo do Estado do RJ	4,26	40.171,02
Governo Federal	17,29	162.958,00
Recursos Privados	21,91	206.462,27
TOTAL	100,00	942.539,51

FONTE: RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (2008)



Bem como ocorreu com o orçamento dos jogos, em que o apresentado para a candidatura e o executado foram bastante diferentes, a matriz de gastos de cada esfera de governo e dos entes privados também foi alterada, como demonstram a tabela e o gráfico que seguem.

Fonte do Recurso (em milhares de R\$)	Revisão 02/2003		Revisão 04/2005		Revisão 02/2007		Variação total %
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
Prefeitura do Rio	56,54	532,9	44,80	663,0	50,80	1.821.000,00	127,20
Governo do Estado	4,26	40,2	8,90	131,0	14,00	503.000,00	1.151,10
Governo Federal	17,29	163,0	46,30	686,0	33,80	1.211.000,00	1.017,60
Recursos Privados	21,91	206,5	-	-	1,40	49.000,00	-76,20
TOTAL	100,00	942,5	100,00	1480,0	100,00	3.584.000,00	



Os números e a ilustração gráfica demonstram a magnitude na alteração do financiamento dos Jogos. Ao passo em que os recursos privados previstos foram reduzidos em 76,2%, os gastos do Governo do Estado do Rio foram elevados em 1.151,10%.

Para justificar esta redução na parcela de recursos privados que financiaram os jogos, é interessante observar a teoria do investimento e das expectativas de John Maynard Keynes. Para Keynes, as decisões de investimentos dos agentes são definidas pela relação entre a Eficiência Marginal do Capital (EMK) e a taxa de juros. De acordo com esta teoria, o investimento ocorre até o ponto em que a EMK se iguala à taxa de juros. A partir deste momento, os agentes optam pelo investimento em títulos públicos ao investimento ao investimento produtivo, devido à sua preferência pela liquidez. Nas palavras de Keynes,

Sendo a taxa de juros, a qualquer momento, a recompensa da renúncia à liquidez, é uma medida de relutância dos que possuem dinheiro alienar o seu direito de dispor do mesmo. A taxa de juros não é o “preço” que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato. É o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível. Isso implica que, se a taxa de juros fosse menor, isto é, se a recompensa da renúncia à liquidez se reduzisse, o montante agregado de moeda que o público desejaria conservar excederia a oferta disponível e que, se a taxa de juros se elevasse, haveria um excedente de moeda que ninguém estaria disposto a reter...

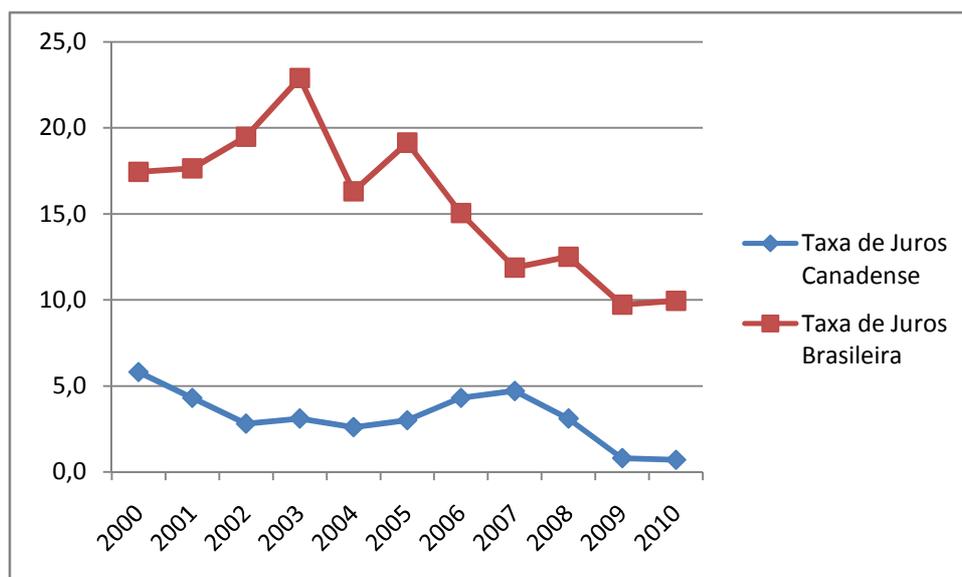
Outra citação de Keynes que ilustra a redução do investimento privado nos Jogos é a que segue: “Não há evidência clara a demonstrar que a política de investimento socialmente mais vantajosa coincida com a mais lucrativa”.

Além disso, quando não existe pleno conhecimento dos eventos que ainda estão por acontecer ou de como a economia será afetada por ações de política econômica, os agentes formam as suas expectativas e a elas atribuem um grau de confiança. De acordo com DEQUECH (1999), a incerteza pode ser definida como “*uma situação na qual o conhecimento, devido à escassez de evidência, é incompleto ou não confiável como guia de conduta*”. Em épocas de incerteza, os agentes preferem investimentos com maior liquidez a investimentos produtivos, pois temem pelo seu retorno.

Para incentivar os investimentos produtivos, Keynes afirma que a reputação, a credibilidade e a transparência das autoridades governamentais são essenciais. FEIJÓ e MONTES (2007) comentam que

a transparência da autoridade monetária é um elemento essencial para reduzir o nível de incerteza na economia, já que atenua a existência de informação assimétrica entre autoridade monetária e demais agentes econômicos.

À luz da teoria Keynesiana exposta e com as alterações de projeto pelas quais passaram os Jogos Pan Americanos até a sua realização, é fácil compreender a redução da parcela do setor privado no financiamento do evento. Além das modificações na magnitude dos investimentos para que a organização do evento fosse irretocável, servindo de propaganda para a imagem brasileira no exterior, as alterações nos projetos das instalações também foram excessivas, despertando o temor e a insegurança do setor privado em beneficiar-se do evento. Outro fator também presente na Teoria Keynesiana e que influenciou negativamente os investimentos privados nos Jogos foi o da alta taxa básica de juros que o Banco Central praticou durante todo o período de preparação ao evento. O gráfico abaixo faz um comparativo da evolução da taxa de juros média do Brasil e do Canadá (o último país que havia realizado os Jogos Pan Americanos, em 1999, antes de o Brasil ser eleito para organizar os de 2007) praticada nos anos 2000:



No que tange às mudanças proporcionais entre as esferas municipal, estadual e federal de governo, as revisões orçamentárias e alterações no escopo do projeto com o objetivo de utilizar-se da realização dos Jogos como demonstração ao resto do mundo de que o Brasil estava preparado para receber eventos esportivos de maior magnitude (Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos) foram os maiores responsáveis. Na revisão apresentada pelo CO-Rio em 2005, que já apresentava um aumento de 50% no custo total dos Pan, além das responsabilidades anteriormente previstas, o Governo Federal comprometeu-se também em custear instalações como o Centro Principal de Operações, cinco centros de credenciamento, centros de distribuição de uniformes e o centro de logística, além das operações de serviços aos telespectadores, de limpeza e administração do lixo, credenciamento, sinalização dos Jogos e arbitragem.

3. ANÁLISE DO LEGADO

Diversas foram as instalações esportivas preparadas para a realização dos Jogos Pan Rio 2007. Com o intuito de realizar “os melhores Jogos Panamericanos da história”, como assim comentou após a realização do evento o Presidente da ODEPA, Mario Vasquez Raña, além da construção de um novo Estádio Olímpico (Estádio Olímpico João Havelange – Engenhão), do Complexo Deodoro, das diversas instalações do Complexo Esportivo Cidade do Esportes, entre outros, o CO-Rio reformou tradicionais centros esportivos da cidade, como o Complexo do Maracanã.

3.1. ESTÁDIO OLÍMPICO JOÃO HAVELANGE – ENGENHÃO



Inicialmente, o Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão), tinha como custo previsto R\$ 60.000.000,00. Com uma variação de R\$ 318.050.000,00, o custo final do Estádio chegou a R\$ 378.050.000,00 – praticamente seis vezes maior do que o orçado no projeto. Em nota, o Ministério do Esporte justifica que 60 milhões de reais foram gastos não com a construção do Estádio, mas com a revitalização do entorno do terreno.

O Complexo do Engenhão começou a ser construído pela empreiteira Delta, que após ser investigada por uma CPI, teve caçado o seu direito de realização da obra, que foi transferido para o Consórcio Engenhão - constituído pela Empresas OAS e Oderbrech. O Consórcio Engenhão finalizou a construção do Estádio e auxilia atualmente na manutenção.

O campo de futebol tem dimensões de 105x108m, além de uma pista com nove raias de atletismo, uma pista interna para aquecimento, duas áreas para salto triplo e em distância, uma para salto com vara, uma para salto em altura e uma pista de dardo. Anexo ao Estádio, há um campo para treinamentos. Atualmente, a capacidade é de 46 mil espectadores, mas há um projeto de ampliação da capacidade para 60 mil pessoas para os Jogos Olímpicos de 2016.

Após a sua utilização nos Jogos, o Engenhão foi licitado pela Prefeitura do Rio e a entidade que venceu a licitação foi o Botafogo de Futebol e Regatas. Além do Botafogo, inicialmente, o Fluminense e o Flamengo também demonstraram interesse, mas, na data da licitação, apenas o Botafogo apresentou proposta. No dia 3 de agosto de 2007, o Botafogo foi declarado gestor do Engenhão até 2027 com opção de renovação de maneira unilateral até 2047, comprometendo-se a pagar R\$ 36.000,00 mensais pelo arrendamento do Estádio (atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), além de arcar com os custos de manutenção.

Em 2010, o Botafogo informou a Prefeitura do Rio que o Estádio estava com rachaduras e outros problemas em sua estrutura. A prefeitura notificou o Consórcio Engenhão, que se comprometeu em realizar os consertos sem custos para o poder público. Em 2012, novos problemas estruturais foram identificados e a Empresa Municipal de Urbanização do Rio (Riourbe) criou um grupo de trabalho para apurar "vícios construtivos" no Estádio. Para tanto, contratou a empresa alemã SchlaichBergermannundPartner (SBP), que afirmou em seu relatório que a cobertura do Estádio corria riscos de cair caso os ventos chegassem a 63 km/h na região. Em março de 2013, após estudo feito pela Comissão Especial de Avaliação do

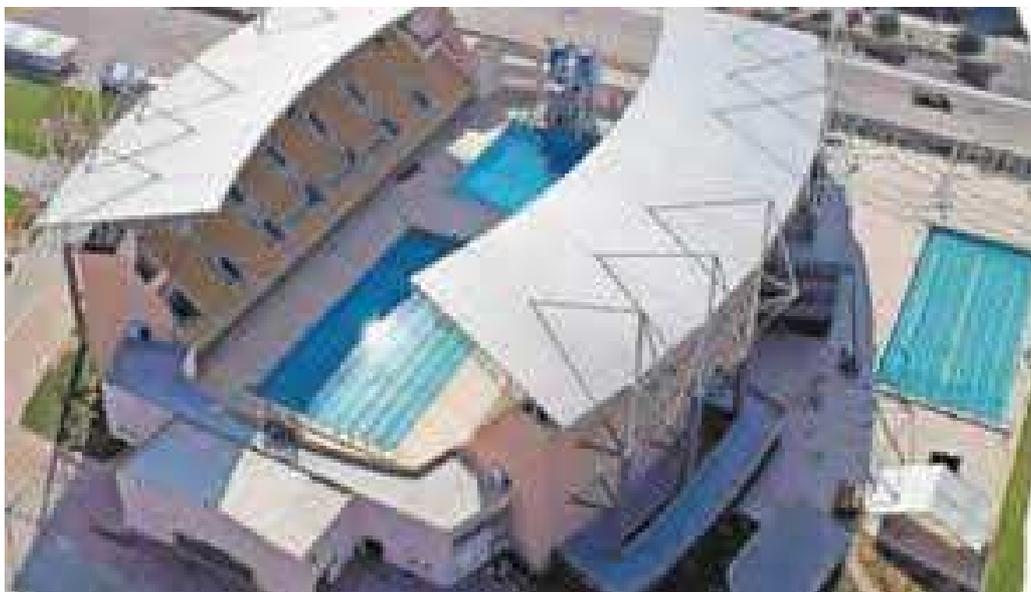
Engenhão juntamente com a SBP, a prefeitura do Rio decidiu interditar o Estádio por, no mínimo, 18 meses.

Em julho do corrente ano, as obras de reforma do estádio começaram. O Consórcio Engenhão, responsável pelo término da obra, é o executor de sua reforma. Inicialmente, será reforçada a estrutura da cobertura do Estádio, com previsão de entrega desta etapa para o segundo semestre de 2014. No primeiro trimestre de 2015, novamente o complexo será alterado, visando à adequação aos requerimentos olímpicos. Além da troca das duas pistas de atletismo (a principal e a interna para aquecimentos), mais 15 mil assentos temporários serão colocados à disposição do público para as Olimpíadas, a capacidade de iluminação será ampliada e obras de acesso no entorno do Estádio (drenagem para evitar alagamentos na região, urbanização da comunidade Belém-Belém, abertura de uma nova via em linha reta ao Estádio – Via Projetada – e pavimentação de 27km de outras vias já existentes), que tem o acesso muito dificultado ao bairro em que está localizado – Engenho de Dentro. A obra está sendo financiada pela Prefeitura do Rio e ainda não teve o seu custo final divulgado.

Detalhamento do gastos:

Construção	R\$ 317.341.000,00
Cessão do Terreno da RFFSA	R\$ 400.000,00
Reforma da Estação de Trem Engenho de Dentro	R\$ 4.300.000,00
Urbanização do entorno	R\$ 56.009.000,00
Subtotal	R\$ 378.050.000,00

3.2.COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DOS ESPORTES – PARQUE AQUÁTICO MARIA LENK



O Parque Aquático Maria Lenk (batizado assim em homenagem à nadadora brasileira de mesmo nome, que faleceu três meses antes do início dos Jogos), construído no Complexo Esportivo Cidade dos Esportes, foi utilizado nos Jogos Pan Rio 2007 para as provas de natação, nado sincronizado e saltos ornamentais. O orçamento inicial previsto para a construção do parque aquático era de R\$ 88.243.000,00; com variação de R\$ 3.424.000,00, o custo final da obra chegou a R\$ 91.668.000,00. Em nota, o Ministério do Esporte afirma que R\$ 6.700.000,00 do valor investido para a construção do Maria Lenk foram gastos em pequenas reformas no Autódromo de Jacarepaguá – onde fica localizada a Cidade dos Esportes.

A estrutura, que foi construída de acordo com as normas internacionais da Federação Internacional de Natação (FINA), é climatizada, tem cobertura parcial de suas arquibancadas (com capacidade para aproximadamente cinco mil pessoas), possui uma piscina olímpica, uma piscina de aquecimentos e outra de saltos ornamentais. As piscinas de natação foram construídas com um sistema de cronometragem eletrônica, borda quebra ondas e raias antiturbulência, o que auxiliou na quebra 35 recordes dos Jogos Pan Americanos – sendo 12 batidos por nadadores brasileiros.

Aproximadamente oito meses após a realização dos Jogos, o prefeito do Rio (César Maia) e o Presidente do COB (Carlos Artur Nuzman), assinaram o Termo de

Cessão para a utilização do parque aquático por parte do COB durante os próximos 20 anos. À época, Nuzman afirmou que seriam contratadas consultorias internacionais para auxiliar na gestão profissional do Maria Lenk.

Atualmente, a estrutura é utilizada como centro de treinamentos de aproximadamente 400 atletas do Time Brasil (nome dado à equipe olímpica permanente pelo COB). O custo de manutenção mensal gira em torno de R\$ 300.000,00, segundo dados informados pelo COB. Além de servir como centro de treinamentos, o parque aquático já sediou seis edições do Troféu Maria Lenk, uma edição da Copa do Mundo de Natação em piscina curta, a Tentativa Olímpica (competição internacional de natação) e os Jogos Mundiais Militares.

Até 2015, o parque não deverá receber mais nenhuma competição, pois passará por reformas para adaptar-se ao Polo Aquático, que será disputado em suas dependências nos Jogos Olímpicos de 2016. Além da adaptação para a nova modalidade, a piscina de aquecimento, que está com uma rachadura por ter sido construída em um terreno irregular, será reformada.

Para os Jogos Olímpicos de 2016, uma nova estrutura será construída para receber as competições de natação, nado sincronizado e saltos ornamentais, já que o Maria Lenk possui capacidade para apenas cinco mil espectadores e a exigência do COI é de no mínimo 15 mil lugares – antes mesmo da realização dos Jogos Pan de 2007, já se sabia que não seria possível ampliar a capacidade em aproximadamente dez mil lugares para os Jogos Olímpicos de 2016.

3.3. COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DOS ESPORTES – VELÓDROMO



Palco das competições de Ciclismo de Pista e de Patinação dos Jogos Pan Rio 2007, o Velódromo foi construído com uma das pistas mais modernas do mundo, importada, à época, da Holanda. A pista, constituída de madeira de pinheiro siberiano, tem apenas na Colômbia (país em que o ciclismo é considerado esporte nacional) um equivalente na América Latina.

Inicialmente, o Velódromo era para ter sido uma construção provisória, mas, já em 2007, foi decidido pela sua manutenção permanente. Da mesma maneira que ocorreu com todas as instalações construídas ou reformuladas para os Jogos Pan já analisadas, a construção do Velódromo também teve o seu custo majorado se comparado ao custo inicialmente previsto: nesse caso, o valor praticamente dobrou, passando de R\$ 7.096.000,00 para 14.116.000,00.

Diferentemente do que ocorreu com diversas das instalações construídas para os Jogos, o Velódromo não ficou subutilizado. Em 2009, a Federação de Ciclismo do Rio de Janeiro assumiu as instalações e passou a utilizá-las para treinamentos, projetos sociais de iniciação ao ciclismo e competições nacionais e internacionais. Além do

ciclismo e da patinação, esportes que utilizaram o Velódromo já em 2007, foi instalado pelo COB no local um Centro de Treinamento de Ginástica Artística, e o Time Brasil passou a utilizá-lo permanentemente após o incêndio de 2012, que danificou as estruturas do CT do Flamengo.

Para os Jogos Olímpicos de 2016, diferentemente do que era planejado até o ano passado, quando a Federação Internacional de Ciclismo vetou o Velódromo para as provas de Ciclismo nas Olimpíadas – a entidade máxima do esporte exige uma capacidade mínima de 5.000 espectadores, enquanto a do Velódromo do Rio é de 1.500 espectadores; duas pilastras centrais impedem a visão total da pista por parte dos árbitros; o número de boxes e vestiários também não contempla as exigências mínimas e a inclinação e curvatura da pista também estão equivocadas – uma nova pista de Ciclismo e Patinação Artística terá que ser construída. Sendo assim, a pista instalada no Velódromo será transferida Goiânia (GO), ou Pinhais (PR), enquanto uma nova pista, orçada em R\$ 136.900.000,00 e que atenderá às exigências da Federação Internacional de Ciclismo, será instalada no local.

3.4. COMPLEXO ESPORTIVO CIDADE DOS ESPORTES – ARENA OLÍMPICA DO RIO



Na Arena Olímpica do Rio, também chamada de Arena da Barra ou Arena Multiuso, foram disputadas as modalidades de Basquete e Ginástica Artística. Nos Jogos Parapan, que ocorreram logo após as disputas convencionais, a Arena também foi utilizada para as cerimônias de abertura e encerramento, além das competições de basquete em cadeira de rodas.

Bem como ocorreu com as obras da praia de Copacabana, o custo previsto no dossiê da candidatura e do projeto executado foram totalmente distintos: de R\$ 18.649.000,00 previstos, a Arena custou R\$ 108.514.000,00 – praticamente seis vezes mais do que o orçado inicialmente.

Considerada o ginásio mais moderno do Brasil, a Arena possui placar eletrônico, piso flutuante para a adaptação a diversas modalidades e arquibancadas retráteis (para adaptação ao número de espectadores esperados em cada evento, que pode variar de 300 a 18 mil pessoas). Além de contar com o que havia à época de mais moderno em relação à estruturas esportivas e para espetáculos, a Arena foi construída seguindo um plano de responsabilidade ambiental que contempla, entre outras coisas, a

reutilização da água fluvial, que é armazenada em quatro reservatórios instalados no entorno do ginásio.

Após a sua utilização nos Jogos, a Arena foi licitada e apenas uma Empresa apresentou proposta: a francesa GL Events, ligada ao grupo HSBC, que passou a chamar as instalações de HSBC Arena após adquirir os *namingrights* do ginásio para o período em que for a gestora do local. A Empresa paga anualmente R\$ 3.200.000,00 à Prefeitura do Rio para a utilização da estrutura, eventos esportivos de outras modalidades como três edições do UFC Rio (uma em 2011 e duas em 2012), o *Outback Champions Series* de Tênis (em 2009) e o Campeonato Mundial de Judô de 2007 (primeiro evento esportivo realizado na Arena após os Jogos Pan) já foram disputados em suas instalações. Além disso, espetáculos como o Criança Esperança, algumas apresentações do *Cirque Du Soleil* e inúmeros concertos musicais também têm sido realizados no local. Para os Jogos Olímpicos de 2016, apenas as provas de Ginástica Artística estão previstas para serem realizadas na Arena.

Detalhamento dos gastos no Complexo Esportivo Cidade dos Esportes:

Projeto e execução de adequação das instalações	R\$ 6.011.000,00
Arena Olímpica	R\$ 127.463.000,00
Parque Aquática Maria Lenk	R\$ 84.927.000,00
Velódromo	R\$ 14.116.000,00
Melhorias físicas e operacionais no Autódromo Nelson Piquet através de recuperação e pintura da arquibancada e manutenção do Complexo	R\$ 730.000.000,00
Subtotal	R\$ 233. 247.000,00

3.5. PRAIA DE COPACABANA



Palco de inúmeras disputas esportivas nos últimos anos, a Praia de Copacabana recebeu as competições de Maratona Aquática, Triatlo e Vôlei de Praia nos Jogos Pan de 2007. A Maratona Aquática utilizou a mesma estrutura montada para a prova de natação do Triatlo, enquanto o Vôlei de Praia teve uma arena montada exclusivamente para a modalidade.

Para as competições de Triatlo, a estrutura montada para a prova de natação foi fixada no posto seis, e as provas de corrida e ciclismo ocorreram na Avenida Atlântica entre os postos dois e seis – cerca de quatro mil espectadores podiam acompanhar as provas da modalidade ao longo dos 4,15km em que ocorriam. Já a arena do Vôlei de Praia foi construída junto ao posto dois, com uma estrutura móvel (temporária) que foi retirada depois dos Jogos.

Inicialmente orçadas em R\$ 2.045.000,00, as obras executadas na Praia de Copacabana foram uma das que mais tiveram o seu custo final majorado se comparado ao previsto: o valor final divulgado foi de R\$ 19.579.000,00, praticamente dez vezes maior do que o previsto. Ressalte-se que, diferentemente de outras obras do Pan, para as

da Praia de Copacabana o Ministério do Esporte não justificou nenhum motivo pontual para tamanha elevação nos gastos.

3.6. COMPLEXO ESPORTIVO DEODORO



Utilizado para as disputas de Hóquei, Hipismo, Pentatlo Moderno, Tiro com Arco e Tiro Esportivo nos Jogos Pan de 2007, o Complexo Esportivo Deodoro foi inicialmente foi uma das instalações que já existia e que foi reformulada para os Jogos. A área, até 2005, era chamada de Círculo Militar Deodoro, quando foi adquirida pela Prefeitura do Rio para e poder sediar as disputas de sete modalidades (se incluídas a corrida e a natação, que fazer parte da prova de Pentatlo Moderno).

A capacidade de público do Complexo varia de acordo com as modalidades: prova de Hipismo, 3.178 pessoas; Hóquei, 820 pessoas; Tiro com Arco, 300 pessoas, Tiro Esportivo, 1000 pessoa; Pentatlo Moderno, 300 pessoas. A área total de Deodoro é de aproximadamente 85.000m².

Exatamente como ocorreu em todas as instalações já analisadas, com o Complexo Esportivo Deodoro também não foi diferente: o custo final da reformulação mais do que triplicou em relação ao inicialmente projetado, passando de R\$ 51.463.000,00 para R\$ 167.085.000,00. Para esta obra, o Ministério do Esporte divulgou nota afirmando que além das obras propriamente ditas, gastos com instalações provisórias, identidade visual, serviços de concessionárias e obras complementares estão contabilizados no custo final.

Para os Jogos Olímpicos de 2016, três arenas permanentes e outras três provisórias serão construídas, além de outras quatro já existentes que serão reformuladas. As provas de esgrima, BMX, basquete e canoagem *slalom* serão disputadas nas novas instalações permanentes; o Hóquei, o Rúgbi, o circuito de *Mountain Bike* e algumas das instalações utilizadas pelo Pentatlo Moderno em temporárias; enquanto que apenas algumas reformulações serão feitas nas estruturas de Hipismo e Natação que foram construídas para os Jogos Pan de 2007. As obras do Complexo Esportivo Deodoro para os Jogos Olímpicos de 2016 serão custeadas pela União e executadas pela Prefeitura do Rio, pois o Consórcio ViglieccaMarobal, que havia vencido a licitação para executá-las, desistiu da sua realização.

Detalhamento dos gastos:

Construção do Complexo (Centro de Tiro e Hipismo, Pentatlo Moderno e Hóquei sobre a grama)	R\$ 126.691.000,00
Construção dos obstáculos de hipismo	R\$ 470.000,00
Obras de adaptação inicial do local	R\$ 1.572.000,00
Obras complementares (muro, cercamento, reforma da cozinha e do refeitório, aquisição de equipamentos, implantação de clínica veterinária e outros)	R\$ 4.002.000,00
Construção de novo estande de tiro militar para fuzil, aquisição de aparelhos de raio X e respectivos reveladores para o hospital veterinário	R\$ 1.885.000,00

Restauração do campo de pólo	R\$ 55.000,00
Elaboração de projeto básico	R\$ 3.461.000,00
Gerenciamento das obras	R\$ 2.035.000,00
Homologação do Centro Nacional de Tiro Esportivo	R\$ 283.000,00
Insumos para o restaurante dos tratadores	R\$ 130.000,00
Programa de descarrapatização dos cavalos e da área de competição de hipismo	R\$ 183.000,00
Serviços público para custeio das instalações	R\$ 990.000,00
Subtotal	R\$ 141.756.000,00

3.7. COMPLEXO MARACANÃ



Considerado durante muito tempo o maior estádio do mundo, o Maracanã (cujo nome oficial é Estádio Jornalista Mário Filho) foi construído para a Copa do Mundo FIFA de 1950. O campo tem medidas oficiais de 110m x 75m e ocupa uma área de 186m². O projeto inicial do Maracanã previa que o estádio pudesse receber 115.250 pessoas, mas, já em seu primeiro ano de utilização, na final da Copa de 50, o Maracanã recebeu o seu público oficial recorde: 199.854 torcedores, sendo 173.850 pagantes.

Em 1999, antes de o Rio de Janeiro ser escolhido como sede dos Jogos Panamericanos de 2007, o Maracanã já havia sido reformado para receber o Mundial de Clubes da FIFA, em 2000. Com esta obra, o Maracanã deixou de ser o estádio com maior capacidade do mundo, já que foram instalados assentos em todo o anel superior e a capacidade caiu para 103.022 pessoas, ficando atrás do Estádio Azteca, no México. Em 2005, o estádio foi novamente fechado e as três principais instalações do Complexo do Maracanã foram reformuladas: o estádio de futebol, o Maracanãzinho e o Parque Aquático JulioDelamare. O orçamento inicialmente previsto das reformas era de R\$ 21.228.000,00; entretanto, o custo final de execução foi de R\$ 265.218.000,00 – mais do que dez vezes o valor previsto no dossiê da candidatura.

Além de alguns dos jogos de futebol, das competições de vôlei e de pólo aquático, foram realizadas as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Panamericanos no Estádio. Atualmente, o Maracanã recebe jogos dos quatro grandes times da capital carioca (já que o Engenhão está interditado) e foi o palco da final da Copa das Confederações de 2013 (o estádio foi novamente reformado para receber este evento). Para a Copa do Mundo FIFA de 2014, está previsto que o estádio receba a final do torneio mais cinco jogos da fase de grupos e eliminatória.

Teoricamente, o estádio estaria pronto para receber os Jogos Olímpicos de 2016; todavia, em junho do corrente ano, o COI informou que o estádio precisará passar novamente por algumas adaptações, visto que as exigências deste órgão são distintas das da FIFA: a cobertura tem que sustentar 120 toneladas de aparelhos audiovisuais e fogos de artifício, e atualmente tem estrutura para sustentar até 40 toneladas. Algumas adaptações no Maracanãzinho já estão sendo feitas para o ginásio receber as competições de vôlei dos Jogos Olímpicos, e o Parque Aquático JulioDelamare, que chegou a correr o risco de ser derrubado pelo Governo do Rio – o qual desejava construir dois prédios no local enquanto a utilização do Parque era discutida entre atletas, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) e o próprio governo carioca - será também será reformulado para receber as competições preliminares do torneio de pólo aquático.

Detalhamento dos gastos:

Reforma geral de todo o complexo	R\$ 146.146,00
Instalação de ar condicionado, cadeiras e fechamento lateral do Maracanã e do Maracanãzino, aquisição e instalação de placares eletrônico no Maracanã e no Maracanãzinho, e da escada rolante do Museu do Futebol	R\$ 30.000.000,00
Maracanãzinho: reforma da estrutura metálica, recuperação estrutural e outras obras;; Maracanã: pintura das fachadas e pilares reforma das instalações e redes hidráulicas, vestiários, drenagem eterna e rede de esgoto e outras intervenções; JulioDelamare: reforma da arquibancada e da entrada do ginásio	R\$ 69.936.000,00
Subtotal	R\$ 246.082.000,00

3.8. SEGURANÇA

A área de segurança teve maior investimento do que qualquer outro setor dos Jogos Panamericanos de 2007 – ao todo, foram gastos R\$ 563.181.000,00. Entre os fatores que mais oneraram a pasta, estão os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Após este episódio, qualquer evento de grande porte (esportivo ou não) em que os Estados Unidos estejam representados, a exigência de investimentos em segurança por parte do governo norte americano é muito grande.

Como legado de segurança deixado para o Brasil e, especificamente, para o Rio de Janeiro, apenas estruturas paliativas para a restaram, já que não foram feitos investimentos que gerassem efeitos de longo prazo para a segurança pública.

A Secretaria Estadual de Segurança do Rio recebeu da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) 2.296 equipamentos após a realização dos Jogos. Entre

eles, estão desde artigos de baixo valor como fones de ouvido até aparelhos de GPS e monitores de televisão.

Já as polícias do Rio tiveram a sua frota renovada: ao todo, 466 viaturas da SENASP foram entregues à Polícia Militar e Civil, e 22 motos Harley Davidson foram cedidas à Polícia Rodoviária Federal. Outros artigos adquiridos para a segurança dos Jogos e que ainda são utilizados são os aparelhos de Raio X, que atualmente estão cedidos a presídios do estado.

Detalhamento dos gastos:

Tecnologia da informação	R\$ 159.983.000,00
Veículos e aeronaves	R\$ 122.000,00
Programas especiais de prevenção	R\$ 52.181.000,00
Radiocomunicação	R\$ 48.000.000,00
Armamento letal e não letal	R\$ 14.000.000,00
Uniformes, suprimentos, custeio, móveis, material de informática, equipamentos para bombeiros, etc.	R\$ 167.000.000,00
Centro de comando e controle do Edifício Central do Brasil	R\$ 17.000.000,00
Total	R\$ 563,181.000,00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o primeiro capítulo desse trabalho, no qual os principais objetivos da candidatura do Rio aos Jogos Panamericanos de 2007 são discutidos, fica clara a intenção dos organizadores em utilizarem o evento como propaganda do Brasil e da capital carioca para o resto do mundo como um local viável para a organização de megaeventos esportivos. Se comparada às últimas edições dos Jogos Panamericanos, como a de Santo Domingo (República Dominicana), em 2003, certamente a organização brasileira teve melhor preparação e sucesso na realização do evento.

Números divulgados pelo Ministério do Esporte mostram que o público total dos Jogos foi de 1,3 milhão de espectadores (recorde histórico do evento), que a audiência acumulada ultrapassou um bilhão de pessoas no país e que mais de 150 países de quatro continentes transmitiram os Jogos pela televisão. Poucos incidentes desastrosos que pudessem manchar a imagem do país ocorreram no período, exceto a queda do avião da TAM no aeroporto de Congonhas (SP), mas que não tinha ligação com a organização do evento. Nas palavras de Xavier González, Diretor Executivo do Comitê Paralímpico Internacional à época, “A realidade superou o sonho. Sabia que as instalações e a organização seriam de alto nível, mas fatos como a participação do público fizeram deste, um evento muito especial.”

Se observarmos que o Brasil, pouco depois de realizar os Jogos Panamericanos de 2007, foi escolhido como país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 (pela FIFA e pelo COI, respectivamente), chega-se à conclusão de que o evento serviu, sim, para elevar a imagem do país frente a essas entidades e que o Brasil se mostrou como uma alternativa viável para a realização de megaeventos esportivos. Luis Inácio Lula da Silva, Presidente da República quando da realização dos Jogos, afirma que “Com a experiência acumulada, o Brasil se credenciou para realizar com sucesso outros grandes eventos esportivos do planeta, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.”

Já em relação ao que é discutido no terceiro capítulo, nota-se que o que foi gasto com os Jogos ultrapassou em muito a previsão inicial, além de a matriz de gastos ter sido totalmente modificada em relação à apresentada no dossiê da candidatura do Rio.

De acordo com o documento divulgado pelo Ministério do Esporte após a realização dos Jogos (ainda no governo de Lula), a grande diferença entre o orçamento previsto e o executado ocorreu, principalmente, pelo governo anterior (Fernando Henrique Cardoso), responsável pela formulação do dossiê da candidatura, ter orçado apenas a parte esportiva do evento, não prevendo as obras de infraestrutura, como se observa nas palavras de Ruy César –Secretário Especial da Prefeitura para o Pan – neste trecho do documento:

O orçamento do dossiê só incluía o custeio da organização, de algumas operações e de equipamentos. A infra-estrutura é que se estima como quiser e faz se quiser e puder. O custo das Olimpíadas de Pequim 2008 saltou de nove para 34 bilhões de dólares por causa disso.

Nesse mesmo documento, em trecho assinado por Sueli Scutti, coordenadora de produção do relatório, e por Ricardo Leyser Gonçalves, Secretário Executivo do Comitê de Gestão das Ações Federais para os Jogos Rio 2007, são justificados de forma extremamente leviana os motivos pelos quais ocorreram as alterações na divisão de gastos entre as três esferas de governo, o CO-Rio e a iniciativa privada, como se vê:

Para organizar a participação do governo federal nos preparativos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 18 de julho de 2003, decreto instituindo o Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-Americanos de 2007, formado por 12 ministros de Estado, sob a presidência do ministro do Esporte. Em seu artigo 3º, inciso V, o decreto estabeleceu diretrizes para o funcionamento do Comitê e definiu que o governo deveria produzir relatório sobre a ação governamental nos Jogos, “com a finalidade de gerar base de dados e conhecimentos sobre a gestão de grandes eventos esportivos internacionais”, bem como dar “transparência desta atuação à sociedade, por meio de sua divulgação e publicidade”. Portanto, o presente relatório, com 31 capítulos em três volumes, cumpre o decreto presidencial ao prestar contas sobre os Jogos e democratizar a experiência e os conhecimentos adquiridos por todas as partes envolvidas. Em 2006, a Secretaria Executiva do Comitê de Gestão das Ações Federais para os Jogos Rio 2007 (Sepan), que havia sido criada em abril de 2005, publicou o Plano Estratégico de Ações Governamentais (PAG) contendo as diretrizes da administração federal para os Jogos Panamericanos e os Jogos Parapanamericanos. O PAG balizou a ação dos ministérios e demais órgãos da União, que, àquela altura, somavam mais de 30 envolvidos na preparação do evento, ao definir projetos, metas e

financiamentos que o governo federal assumiria no processo de organização. Nas páginas deste relatório verifica-se que os objetivos do PAG foram cumpridos à risca. É preciso lembrar que, até fevereiro de 2007, não haviam sido consolidadas as responsabilidades de cada governo – federal, estadual e municipal – e do Comitê Organizador dos Jogos (CO-Rio) no processo de preparação dos dois eventos. O orçamento inicial constava do Acordo de Responsabilidades e Obrigações para a Organização dos XV Jogos Pan-americanos assinado com a Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa), em 24 de agosto de 2002, na Cidade do México, quando o Rio ganhou o direito de sediar os Jogos. Ali havia uma divisão de tarefas e investimentos que, entretanto, revelou-se incipiente no decorrer da organização, quando foram se detectando que várias ações não estavam programadas ou haviam sido subestimadas, entre outros motivos, porque o evento projetado em 2002 era muito mais simples do que o que foi realizado. A consolidação das obrigações da Prefeitura, do Estado, da União e do Comitê Organizador só ocorreu em 14 de fevereiro de 2007, com a assinatura da Matriz de Responsabilidades. Por esta razão, durante os anos de preparação, várias questões não previstas como atribuição da União no início do processo acabaram sendo abarcadas pela administração federal por motivos que são expostos neste relatório. Eram solicitações isoladas, esparsas, desconectadas de uma matriz que estabelecesse claramente as obrigações de cada partícipe do projeto, porém relevantes à organização. Em diversas ocasiões, alguns partícipes deram claros sinais de que não conseguiriam arcar com sua cota de incumbências, o que propiciou situações que em determinados momentos provocaram desconforto entre as partes e desconfiança da opinião pública quanto à capacidade de o Rio entregar as obras e os serviços dos Jogos com a qualidade que vinha sendo pretendida – e anunciada – pelos organizadores. À medida que os preparativos avançavam, o temor foi se esvaindo, e a harmonia foi a tônica da convivência entre os organizadores. Em virtude das dificuldades demonstradas por parceiros, nos meses finais da preparação o governo federal decidiu entrar com maior firmeza no processo de organização, o que resultou em maior aporte de recursos financeiros e no conseqüente aumento de recursos humanos envolvidos nos preparativos. Antes disso, ainda em 2005, a União já havia decidido arcar com itens que, no entender do governo federal, eram determinantes para o sucesso do Rio 2007, como o financiamento do Parapan, do plano de segurança pública e dos serviços de tecnologia e telecomunicações. Também abarcou ações que garantiriam visibilidade aos Jogos, mobilização popular e promoção da cultura, do esporte e do turismo do Brasil, como o revezamento da Tocha Pan-americana por todos os estados brasileiros e as belas cerimônias de abertura e encerramento do Pan do Parapan, entre outras iniciativas que ganharam recursos federais ao longo da organização. [...] Toda a história desse processo está delineada neste relatório, que, portanto, além de prestar contas à sociedade, aos órgãos de controle e ao próprio governo, também colabora com a memória das competições que, ao reunirem 5.623 atletas de 42 países no Pan e 1.115 atletas de 25 países no Parapan, colocaram o Brasil no cenário internacional de grandes eventos multiesportivos

Em nenhum momento, os executivos do Ministério do Esporte comentam os rombos aos cofres públicos que essas alterações no escopo e, conseqüentemente, no financiamento, geraram. O relatório aponta que houve uma queda de mais de 75% no investimento privado previsto para o Pan em relação ao efetivamente executado (número apresentado em tabelas, nos anexos do documento); entretanto, já na apresentação do relatório, o Ex Presidente Luis Inácio Lula da Silva afirma que

os R\$ R\$ 3,57 bilhões investidos pelos três níveis de governo pelo Comitê Organizador induziram a iniciativa privada a injetar outros R\$ 6,71 bilhões nas cadeias produtivas relacionadas ao Pan e ao Parapan, provocando impacto total na economia de R\$ 10,28 bilhões.

Ao que parece, um dos dados publicados no relatório está equivocado.

De 2003 a 2007, o Brasil teve uma formação bruta de capital fixo média de 16,25% do PIB. Considerando este dado e a teoria de que

O investimento público e o endividamento externo apresentaram relação de complementaridade com investimento privado [...]. No caso brasileiro, o aumento do investimento privado estaria condicionado a maiores níveis de investimento público em infraestrutura, capazes de elevar a produtividade geral da economia, combinados com redução dos gastos em despesas correntes (LUPORINI e ALVES 2007),

a justificativa plausível para a reduzida participação do setor privado nos Jogos é a descrença dos empresários no cumprimento das promessas e contratos por parte das instituições governamentais.

Em relação ao legado, no aspecto estrutural, poucas são as instalações que tiveram a correta manutenção e utilização ou que ficaram prontas para ser usadas nos próximos megaeventos que o Brasil irá sediar - conforme pode ser visto no terceiro capítulo do trabalho. O governo brasileiro, entretanto, como se vê no trecho que segue do relatório já supracitado, novamente se contradiz no que publica textualmente e no que expõe em suas tabelas anexas:

Construímos instalações esportivas de alto nível e reformamos outras arenas que agora compõem um excelente parque esportivo situado no Rio. O benefício é para todo o Brasil e até para outros países, à medida que algumas delas passam a ser local de treinamento, sediam competições de vários esportes e permitem intercâmbio de atletas, técnicos e dirigentes. Sem falar naquelas que oferecem seu espaço para a iniciação esportiva, caso do excelente Complexo Esportivo de Deodoro. No início de 2008, o Complexo representou o Brasil na 6ª Bienal Iberoamericana de Arquitetura e Urbanismo em Lisboa e vem tendo uso intensivo tanto para treinos como para competições.

No que tange ao legado social deixado pelos Jogos, a área de segurança, por ter sido a que maior investimento teve, foi a analisada. Os números da série histórica do IBGE por estado mostram uma redução no número de homicídios no Rio de Janeiro

entre 2003 e 2007 (de 54,5 para 41,6 homicídios a cada 100 mil habitantes), o que pode ter ligação com a aparelhagem de que foi beneficiada a polícia carioca para fazer a segurança do evento. Ao considerarmos a média nacional de homicídios para o período, que ficou praticamente estável (27,2, em 2003, e 27,3, em 2007), reforça-se a ideia de que o Rio foi, sim, beneficiado pelos Jogos Panamericanos neste quesito, visto que estados como o Rio Grande do Sul, por exemplo, tiveram um aumento na taxa de homicídios.

Por fim, com base no exposto nos capítulos de desenvolvimento deste trabalho, acredito que o Brasil não esteja preparado para organizar de maneira responsável e benéfica para o seu desenvolvimento os megaeventos esportivos. O caso do Engenhão, que está interditado, sem data prevista de reabertura e sem ter os custos de sua reforma já divulgados e qual instituição irá arcar com os mesmos (empreiteira que iniciou e abandonou a obra do por indícios de corrupção, consórcio que assumiu e finalizou o estádio ou setor público); e do Complexo do Maracanã, que terá passado por quatro reformas em 16 anos até os Jogos Olímpicos de 2016 (a primeira foi para o Campeonato Mundial Interclubes da FIFA em 1999), explicitam a falta de maturidade e responsabilidade de nossas instituições. Além disso, questões estruturais como saúde, educação e segurança devem ser prioridades para um país em desenvolvimento, e não são beneficiadas, no longo prazo, com a organização de megaeventos esportivos. A população brasileira demonstrou, com os protestos durante a Copa das Confederações de 2013, que essas são as suas prioridades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS

LUPORINI, V. e ALVES, J. **Evolução da Teoria do Investimento e Análise Empírica para o Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008

LIVROS

AFIF, Antonio. **A Bola da Vez: O Marketing Esportivo como Estratégia de Sucesso.** São Paulo: Editora Infinito, 2000.

BITENCOURT, Valéria. **Cenário da indústria do esporte e do marketing de eventos.** Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CUNHA, O. **Heróis da América: história completa dos Jogos Pan-americanos.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

DUARTE, E. **História dos esportes.** São Paulo: Editora Senac, 2004.

GALEANO, E. **Futebol ao sol e à sombra.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1995, 2004.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país.** São Paulo: Contexto, 2009.

KASZNAR, I.K. & GRAÇA, A. S. **O esporte como indústria.** Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Voleibol, 2002.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

MASCARENHAS, Gilmar. **Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1999.

MASCARENHAS, G. **Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1999.

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MURAD, M. **A violência no futebol.** São Paulo: Benvirá, 2012.

PITTS, Brenda G. e STOTLAR, David K. **Fundamentos do Marketing Esportivo.** São Paulo: Porte Editora, 2002.

RIBEIRO, Luís. (org.). **Futebol e Globalização.** Jundiaí: Fontoura, 2007.

PERIÓDICOS

Jornal Estadão

Jornal Folha de São Paulo

Jornal Correio do Povo

Revista Placar

SITES

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em www.ibge.gov.br

Site do Banco Central do Brasil, disponível em www.bacen.gov.br

Site Portal Brasil, disponível em www.portalbrasil.net

Site do Ministério do Esporte, disponível em www.esporte.gov.br

Site do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, disponível em www.corecon-rj.org.br